

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 07/2023

Modalidade Produto

Data Limite para as candidaturas: 07 de julho de 2023

I. TÍTULO DO PROJETO

Fomento de negócios sustentáveis e inovadores na Amazônia Legal brasileira.

II. CONTRATANTE

Instituto Amazônia+21.

III. CONTEXTO

O Instituto Amazônia+21 é uma organização da sociedade civil de iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Ação Pró-Amazônia, associação formada por nove federações das indústrias dos estados da Amazônia Legal, para promover negócios sustentáveis na região e contribuir para o seu desenvolvimento econômico sustentável. Tem como missão apoiar a criação de negócios sustentáveis e inovadores na Amazônia, bem como fortalecer empreendimentos existentes e aqueles que venham a se estabelecer na região, dialogando com as demandas locais, o potencial econômico da região e a agenda ESG.

Para além da Missão, Visão e Valores, disponíveis no site, as macroestratégias do Instituto para os anos entre 2021 e 2030 são:

- Fortalecer e promover negócios sustentáveis na Amazônia Legal Brasileira, a partir do fortalecimento dos negócios existentes e de oportunidades de novos empreendimentos, identificados com parcerias chave e em modelos e práticas compartilháveis e escaláveis.
- Estruturar atração de investimentos e inovação em sistemas financeiros para produtos e serviços, voltados a agenda climática, bioeconomia e negócios verdes;
- Promover espaço permanente de diálogo e engajamento sobre negócios sustentáveis, cultura, investimentos privados e públicos, CT&I e proteção plena do bioma amazônico, com articulação e colaboração com Governos, Setor Produtivo, Academia, Sociedade Civil Organizada e Instituições de Fomento e;

- Amplificar a disseminação de conhecimento, de melhores práticas e a comunicação de resultados e iniciativas com transparência e compromisso com todos os públicos.

O foco de atuação do Instituto Amazônia+21 são os negócios sustentáveis, especialmente os relacionados a bioeconomia sustentável. Estudos desenvolvidos e publicados, incluindo aqueles realizados pela própria Confederação Nacional da Indústria (CNI), têm apontado a agenda de bioeconomia sustentável como um importante vetor de desenvolvimento para o país. Isso porque ela pode aliar a vocação do Brasil em função de sua rica biodiversidade e histórica trajetória no agronegócio e em biocombustíveis, com a conservação e promoção de um desenvolvimento sustentável e uma economia de baixo carbono para o Brasil e o mundo (CGEE, 2020; CNI, 2020). Nesse contexto, a Comunidade Econômica Europeia se destaca por ter definido a bioeconomia circular como uma plataforma estratégica relevante para a transição econômica dos próximos 30 anos. Essa plataforma tecnológica também tem sido defendida como estratégica para a Amazônia, por várias entidades e planos, que buscam aliar a conservação e a vocação da região dentro de modelos de bioeconomia e sociobioeconomia próprios do país (Amazônia 2030, 2021; CBCFA, 2021; CNI, 2020).

Para que essa transformação aconteça efetivamente no território da Amazônia Legal, o Instituto Amazônia+21 planeja atuar em uma agenda de grande relevância, ainda não realizada por outras entidades e frentes de atuação, buscando liderar um movimento de impacto do setor empresarial, com mobilização, investimentos e iniciativas adaptadas às necessidades e realidade de uma nova economia de inclusão, baseada em uma plataforma de bioeconomia sustentável, promotora da conservação e da inovação tecnológica para a Amazônia Legal.

Essa plataforma se materializa em frentes temáticas. Como centralidade, uma agenda de Relacionamento Institucional e Comunicação, em função do papel de integrar as demais frentes dando voz aos membros e parceiros e na articulação multistakeholder, espreado para a gestão do conhecimento, que orienta a escolha de focos estratégicos e territórios prioritários e a consequente agenda de desenvolvimento territorial para atuação local, direcionando as estratégias prioritárias dos programas Negócios Sustentáveis e Fortalecimento de Capacidades.

No ano de 2022, no escopo do Programa Novos Negócios Sustentáveis, o Instituto Amazônia+21 iniciou uma articulação institucional com o SEBRAE, Serviço Nacional de Apoio as Micro e Pequenas Empresas, resultando, já em 2023, na celebração do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 12, cujo objetivo é constituir e implementar arcabouço estratégico, técnico e operacional dedicado para originação e fortalecimento de negócios inovadores rurais, urbanos e florestais que promovam o desenvolvimento sustentável da

Amazônia Legal. A centralidade deste Termo de Referência é este Convênio, cujo prazo de vigência é de 36 meses e o início de sua implementação está programado para o dia 1 de junho de 2023.

O arcabouço de estratégias, atividades e ações do Convênio em questão baseia-se no exitoso programa Inova Amazônia, do SEBRAE, que pode ser consultado em sua integralidade no seguinte endereço eletrônico: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/inovaamazonia>.

Posto, apresenta-se nos próximos capítulo o escopo da contratação.

IV. OBJETIVOS DA CONSULTORIA

O objeto deste termo de referência é a contratação de consultoria técnica especializada em fornecimento de serviços de comunicação ao Instituto Amazônia+21, à luz do convênio estabelecido entre esta organização e o Sebrae.

V. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Organização de comunicação

As ações envolvidas nesta atividade devem se utilizar do conceito de comunicação integrada e caracterizam como entregáveis:

- Elaboração do planejamento estratégico de marketing e comunicação do Instituto Amazônia+21 à luz do convênio estabelecido até o mês 03 de contrato (ver mais a seguir);
- Serviços permanentes de ativação, desenvolvimento, manutenção, adequação e atualização de site e redes sociais, bem como licenças relacionadas ao site e sistemas de dados relacionados, hospedagem, domínios (2) e contas de e-mail (10);
- Serviços permanentes de design gráfico, criação e disseminação de conteúdo para os veículos online, como redes sociais (inclui o analista abaixo especificado, mas não se limita a ele, pois outros recursos da agência nesse escopo podem ser demandados) e offline como impressos e publicação por exemplo;
- Assessoria permanente em branding ao Instituto, suas operações e no público – alvo do convênio, com informações de inteligência de negócio;
- Planejamento permanente de eventos locais, nacionais e internacionais (e os custos relacionados a realização do evento em si devem ser orçamentados pela proponente, porém os pagamentos serão de responsabilidade do Instituto Amazônia+21);
- Desenho de estratégia de promoção comercial, nacional e internacional, do Instituto Amazônia+21 e do público-alvo do convênio;
- Prospecção permanente de eventos organizados por terceiros para participação do Instituto Amazônia+21 e público-alvo do convênio.
- Alocações integrais de 02 profissionais, no escritório da contratante, por no mínimo 30 horas semanais: 01 profissional dedicado ao jornalismo,

texto jornalístico, clipping e redação publicitária; 01 profissional dedicado a designer e branding online e offline.

Acerca do Plano de comunicação anual, ele deve considerar todas as atividades previstas no convênio (documentação completa será entregue na reunião de kick-off) e ser implementável pelo contratado em articulação com o Instituto Amazônia+21.

A elaboração do Plano deverá ser realizada em conjunto com o Instituto Amazônia+21 e deve considerar jornalismo, assessoria de imprensa, publicidade, propaganda, ações promocionais, campanhas, relações públicas, estratégias e ações de engajamento online e offline, marketing, eventos e etc.

O Plano deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- 1) Ações Estratégicas;
- 2) Público-Alvo;
- 3) Atividades;
- 4) Metas;
- 5) Indicadores de monitoramento,
- 6) Cronograma físico;
- 7) recursos humanos para implementação;
- 8) orçamento.

O Plano de comunicação deverá ser apresentado pela contratada no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato e poderá ser ajustado a qualquer tempo, mediante identificação de necessidade.

Além dos profissionais a serem alocados integralmente, acima descritos, o planejamento deverá considerar a alocação de outros profissionais necessários no quadro da contratada para a execução do objeto da consultoria, tais como: 1) Assessor de imprensa; 2) Especialistas seniores em comunicação e marketing; 3) outros especialistas especificados no Plano de comunicação, como produtor de conteúdo, editores, diagramadores e de manutenção de plataforma online.

VI. PRODUTOS

São 12 produtos, 01 por mês:

- **Produto 12 a 12:** Relatório mensal de comunicação contendo a execução das atividades e indicadores de monitoramento propostos no Plano de comunicação, incluindo anexos das criações / produções e marcas em formato aberto, clipping, entre outros.

VII. ETAPAS DE SELEÇÃO

1. ETAPA 1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. A pessoa jurídica que estiver apta a realizar consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de metodologia e estratégia de mapeamento e engajamento de stakeholders que desejar participar do processo deverá enviar para o e-mail contato@institutoamazonia21.org.br a

documentação a seguir solicitada, escrevendo no campo assunto “candidatura consultoria Comunicação”.

1.2. A etapa de habilitação jurídica é eliminatória e consiste na análise documental da regularidade jurídica e fiscal das pessoas jurídicas inscritas no processo de credenciamento.

1.3. São exigidos os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e respectivas alterações ou consolidação contratual, inscrito ou registrado no órgão competente, acompanhado de documento de eleição de seus administradores com poderes de representação legal;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- f) Certidão Negativa de Débito (CND) relativa às Contribuições Previdenciárias e Terceiros;
- g) Certificado de Regularidade Fiscal – CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, da sede da empresa inscrita;
- h) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- i) Declaração de Inexistência de Vedações ao Credenciamento (Anexo III).

1.4. Todos os documentos listados acima deverão ser digitalizados e enviados anexados, em uma única mensagem para o e-mail contato@institutoamazonia21.org.br, junto com os documentos solicitados na etapa 2.

2. ETAPA 2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

2.1. A etapa de qualificação técnica e financeira consiste na análise documental a partir da descrição do relato de experiência (descrição do histórico de atuação da pessoa jurídica na área do objeto deste Termo de Referência) e do(s) atestado(s) de capacidade técnica das prestações de serviços realizadas, mediante o envio dos seguintes documentos:

- a) Relato de experiência, com a descrição das prestações de serviços da pessoa jurídica na(s) área(s) de conhecimento relacionada ao objeto deste Termo de Referência.

- b) Atestados de capacidade técnica. A pessoa jurídica deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) ou mais atestados, que somados deverão comprovar número mínimo de 100 (duzentas) horas de prestação de serviços na(s) área(s) de conhecimento relacionada ao objeto deste Termo de Referência.
- c) Proposta técnica, contendo detalhamento das entregas, metodologias de referências, abordagem proposta e profissionais a serem alocados.
- d) Proposta financeira, contendo detalhamento de valores por produto a ser entregue e valor global.

2.1.1. Os atestados deverão ser fornecidos pelo(s) cliente(s) atendido(s), apresentado(s) em papel timbrado do(s) cliente(s), identificado(s) e assinado(s) (nome legível da pessoa responsável por sua emissão, cargo que exerce, telefone e sua assinatura), comprovando que o trabalho foi executado, mediante a apresentação de síntese, indicando ainda, o nome da empresa que realizou o serviço, o título do serviço prestado, por qual período de tempo, quantitativo de horas e resultado obtido com a manifestação acerca da qualidade.

2.1.2. Não serão aceitos atestados emitidos por pessoa(s) física(s).

2.2. Sempre que necessário, o Instituto Amazônia+21, em qualquer fase do processo, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de candidatura da pessoa jurídica, podendo inclusive, agendar reuniões e/ou solicitar à pessoa jurídica candidata cópias de contratos e/ou notas fiscais que comprovem a realização dos serviços informados no relato de experiência e/ou atestados de capacidade técnica apresentados, assim como, manter contato com a empresa emitente do certificado, visando a obtenção de informações sobre a referência e qualidade dos serviços prestados e descritos no respectivo certificado.

VIII. PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

A vigência do contrato de prestação de serviços será de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo, com motivo justificado e aceito.

IX. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO VIS A VIS PAGAMENTO

PRODUTO	DATA DA ENTREGA DO PRODUTO	Desembolso
1	D+30	10%
2	D+60	5%

3	D+90	10%
4	D+120	10%
5	D+150	10%
6	D+180	5%
7	D+210	10%
8	D+240	5%
9	D+270	10%
10	D+300	5%
11	D+330	10%
12	D+360	10%
Total		100%

X. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	OBJETIVO	PONTUAÇÃO
Adequação temática	Avaliar a efetiva compreensão do tema apresentado e se a proposta contempla as diretrizes expostas. (Proposta técnica)	20
Experiência em mapeamento e engajamento de stakeholders	Avaliar a experiência da empresa em comunicação estratégica (Relato de experiência e atestados)	30
Composição da equipe	Avaliar a adequação da composição da equipe técnica às diretrizes do edital. (Proposta técnica)	20
Metodologia	Avaliar a adequação da estratégia metodológica frente aos objetivos pretendidos neste edital. (Proposta técnica)	30
Total		100

As propostas técnicas serão ranqueadas de acordo com a pontuação final, conforme os critérios de avaliação e pontuação indicados no quadro acima.

XI. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA

Em relação à proposta financeira, as três primeiras empresas ranqueadas de acordo com a pontuação final apurados pelos critérios técnicos (Conforme o Capítulo IX Acima) serão submetidas ao crivo de menor preço. A empresa que apresentar o menor preço dentre as três primeiras melhor avaliadas tecnicamente será a vencedora do certame.

XII. RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

Fernando Penedo

XIII. CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DE INFORMAÇÕES

O Instituto Amazonia+21 compromete-se a não revelar informações confidenciais a respeito do processo de seleção e se compromete a resguardar as informações das empresas que se candidatarem e a não divulgar informações sem o consentimento da mesma.

XIV. DESPESAS

Toda e qualquer despesa que for necessária ao desenvolvimento dos serviços deverá ser assumida pela empresa de consultoria que deverá incluir os valores de despesa no preço proposto, incluindo despesas de correio, transporte local (taxi, etc) e alimentação, entre outras despesas que forem necessárias ao desenvolvimento dos serviços de consultoria.

Despesas com eventos, impressões, traduções e com viagens necessárias ao desenvolvimento dos serviços em campo, incluindo passagens aéreas e/ou rodoviárias e despesas com hospedagens, serão arcadas pelo Instituto Amazonia+21.

XV. TRIBUTOS

Os tributos incidentes sobre a contratação serão de responsabilidade da parte que a legislação determinar como responsável pelo recolhimento, sendo que caberá ao Instituto Amazônia+21 realizar a retenção na fonte de tributos incidentes sobre os pagamentos se a legislação tributária assim determinar.